

DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Respingou no partido...

A perspectiva de Jair Bolsonaro não ser candidato a presidente da República tem levado os partidos de centro a investirem na busca de prefeitos do PL. O alerta mais incisivo no momento foi em Goiás, onde o União Brasil, partido do governador Ronaldo Caiado, levou seis prefeitos da legenda do ex-presidente.

... e animou muita gente

A ideia é repetir esse movimento em outros estados. Até aqui, o que tem segurado os prefeitos e os deputados no PL é o tamanho do fundo partidário e eleitoral, que amplia a possibilidade de financiamento de campanha. Porém, se o bolsonarismo se inviabilizar, a porta de saída será a opção de muitos.

Nada é para já

Os decretos de contenção de gastos editados pelo governo esta semana representaram um banho gelado para os congressistas. A leitura deles é de que a liberação das emendas não será rápida como esperavam. Eles ficaram assustados com a contenção de R\$ 128,4 bilhões até maio.

Desigualdade cruel

Um estudo da ONG Habitat para a Humanidade mostra que uma mulher negra precisaria de 184 anos ou sete gerações para juntar o dinheiro necessário a fim de conquistar a casa própria em uma favela no Brasil. O estudo também traz dados sobre dedicação da renda comparando homens e mulheres, jornada de trabalho e violência familiar. A ONG coletou dados em 106 favelas e comunidades urbanas em bairros populares, ao longo de cinco anos, por quase todo o país.

O que eles pensam do STF



A avaliação da Suprema Corte caiu entre os deputados e subiu entre os senadores, conforme pesquisa do Ranking dos Políticos, a ser divulgada hoje. O levantamento mostrou que oito em cada 10 parlamentares acreditam que o Supremo Tribunal Federal (STF) está invadindo competências do Poder Legislativo. "Essa alta temperatura registrada mostra que há demanda por avançar projetos de lei que revisam prerrogativas do STF, como vimos no ano passado na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça da Câmara)", afirma Luan Sperandio, diretor de operações do Ranking dos Políticos, instituição que faz estudos dos mais diversos temas relacionados à política.



Aos números/ A pesquisa mostra que 55,9% dos deputados consideram a atuação dos ministros ruim/péssima, um aumento de 1% em relação a 2024. Já no Senado, a percepção negativa sobre os ministros do STF caiu 4,4%, de 42,9% para 38,5%. A avaliação positiva caiu 12,6% na Câmara, atingindo 20,7%, e no Senado, aumentou 9%, chegando aos 42,3%. Sobre a invasão de competências do STF, 48,6% dos deputados acreditam que a Suprema Corte invade usualmente, e 31,6%, que a invasão ocorre ocasionalmente. Entre os senadores, essa percepção é de 42,3% usualmente, e 34,6%, ocasionalmente.

CURTIDAS

Missão dada.../ ... missão cumprida. O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, já começou a panfletar o Zé Gotinha pelo Brasil. A primeira parada foi na final do Paulistão. O objetivo da caravana é melhorar os números da cobertura vacinal. Essa entrega foi uma das promessas de campanha de Lula em 2022. "Vacina é vida. A gente vai a tudo quanto é canto, estádio, igrejas, espaços culturais, escolas, para convencer todo mundo a se vacinar", disse Padilha.

Meninas superpoderosas I/ A Revista Forbes Brasil divulgou sua lista das Mulheres Mais Poderosas do país, destacando lideranças femininas que estão transformando setores como economia, política, tecnologia e cultura. Essas mulheres não apenas conquistaram posições de destaque, mas também impulsionam mudanças significativas em suas áreas de atuação.

Meninas superpoderosas II/ Entre as homenageadas, estão as presidentes da Petrobras, Magda Chambriard; do Banco do Brasil, Tarciana Medeiros; a CEO da Sigma Lithium, Ana Cabral, que revolucionou a indústria de lítio sustentável no mundo; e Sonia Guimarães, primeira mulher negra a lecionar no Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA).



Meninas superpoderosas III/ Também é destaque a atriz Fernanda Torres (foto), cuja atuação no filme Ainda estou aqui ganhou projeção internacional. Elas representam um movimento crescente de liderança feminina nos mais diversos setores, inspirando mulheres no Brasil e no mundo, mostrando que é possível unir sucesso empresarial e responsabilidade socioambiental.

PODER / Pela primeira vez na história, um partido brasileiro usou a ferramenta em propaganda eleitoral. Iniciativa reacende debate sobre os limites éticos, legais e regulatórios da tecnologia, especialmente em tempos de crescente polarização

Os desafios da IA na política

» VANILSON OLIVEIRA

O partido Cidadania exibiu esta semana, pela primeira vez na história da política brasileira, uma propaganda partidária totalmente feita por inteligência artificial (IA). A iniciativa reacendeu o debate sobre os limites éticos, legais e regulatórios do uso da tecnologia na política, especialmente em um momento de crescente polarização e avanço das campanhas eleitorais digitais.

Segundo o presidente nacional do Cidadania, Comte Bittencourt, o objetivo da peça foi reforçar as bandeiras históricas do partido e provocar uma discussão urgente sobre os caminhos que a IA pode tomar no ambiente político. "Ao usar a IA em nossa peça publicitária, queremos mostrar que a política precisa estar conectada com os desafios do presente e do futuro. Mas é essencial que esse uso seja transparente, democrático e regulado", afirmou.

Ele disse que a decisão de usar IA foi pessoal, e não do diretório nacional do partido. Segundo o dirigente, utilizar a tecnologia foi um gesto político assumido com consciência dos riscos e da necessidade de abrir o debate.

"Quisemos dar uma provocação responsável. Todo o conteúdo da peça expressa valores fundacionais do partido Cidadania, que são emprego, saúde, educação, diversidade e justiça social. Poderíamos ter usado pessoas reais, mas optamos por personagens digitais para demonstrar o potencial e os dilemas da IA. O que importa é que o conteúdo seja ético, claro e comprometido com o bem público", frisou.

Bittencourt destacou que a proposta não busca substituir humanos, mas chamar a atenção para uma tendência que será

dominante nas eleições de 2026. "É preciso coragem para liderar esse debate. Fomos o primeiro partido a exibir uma propaganda 100% com IA no horário eleitoral gratuito. Agora cabe ao Congresso, ao Judiciário e aos demais partidos assumirem essa discussão com seriedade", ressaltou.

A peça foi dirigida por José Américo Silva, da Wave Produções, e construída com ferramentas digitais avançadas. Segundo o diretor, foram utilizadas soluções comerciais de IA pagas em dólar, com modelagem específica de personagens e múltiplas versões testadas até chegar ao formato final.

"A ideia era repercutir os temas que fazem parte do partido, mas de forma moderna. A IA já está no dia a dia e na discussão política. Queremos mostrar que o uso da tecnologia precisa de reflexão", explicou José Américo. "A regulamentação em debate no Congresso não pode se limitar às campanhas eleitorais, mas deve tratar também de exploração comercial, marketing, vendas e, principalmente, da proteção de dados e privacidade."

Transparência

Para o advogado Roberto Beijato Júnior, especialista em direito digital e políticas públicas, a iniciativa do Cidadania é inovadora, mas acende alertas jurídicos. Segundo ele, a legislação brasileira ainda não está preparada para lidar com os impactos profundos da IA no campo político.

"O uso de inteligência artificial em campanhas exige transparência algorítmica, proteção de dados e rastreabilidade das decisões automatizadas. Atualmente, o país conta com o Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014) e a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei 13.709/2018), que oferecem alguma base, mas são insuficientes diante

Reprodução



Trecho da propaganda eleitoral exibida pelo Cidadania e feita totalmente por inteligência artificial

da complexidade da IA", ressaltou.

O especialista destacou o PL 2.338/2023, em tramitação no Congresso, que cria o Marco Legal da Inteligência Artificial. Segundo ele, iniciativas como a do Cidadania mostram a urgência da regulação. "Não basta discutir o uso da IA em peças publicitárias. É preciso garantir que a tecnologia não seja usada para manipular o eleitor, criar personagens falsos sem identificação clara ou substituir o debate real por simulacros digitais que fragilizam a democracia", alertou.

Para Chiara de Tefé, coordenadora acadêmica da pós-graduação em direito digital do Instituto de Tecnologia e Sociedade da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (ITS/Uerj), o uso de personas sintéticas pode comprometer a autenticidade da mensagem política, criando uma ilusão de representatividade popular.

"A alegação do partido de que a iniciativa busca 'abrir o debate' é

legítima à luz da liberdade de expressão política. No entanto, essa liberdade não é absoluta, especialmente em um contexto eleitoral, em que o direito à informação clara, verdadeira e acessível do eleitor deve prevalecer", enfatizou.

O deputado federal Kim Kataguiri (União-SP), autor do Projeto de Lei (PL) 1.002, de 2023, que trata de deep fake nas eleições, afirmou que a publicidade feita pelo Cidadania não representa perigo. Para ele, o uso de ferramentas de IA só é perigoso e ilegal se induzir ao erro. "Não vi problema no material divulgado. Precisamos ficar atentos quando a manipulação é usada com o intuito de induzir ao erro", argumentou. O PL de autoria dele prevê multa de R\$ 50 mil para quem propaga deep fake no contexto eleitoral.

O Correio entrou em contato com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para comentar o assunto, mas não obteve retorno até o fechamento desta edição



É preciso garantir que a tecnologia não seja usada para manipular o eleitor, criar personagens falsos sem identificação clara ou substituir o debate real por simulacros digitais que fragilizam a democracia"

Roberto Beijato Júnior, especialista em direito digital e políticas públicas

Ex-deputado segue preso

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria para manter preso o ex-deputado Daniel Silveira (PTB-RJ). Os ministros negaram o pedido de defesa para colocá-lo em liberdade condicional.

O ministro Alexandre de Moraes, relator do processo, argumentou em seu voto que, quando foi posto em liberdade, Silveira descumpriu, "em diversas oportunidades", as condições estabelecidas pelo STF.

"Em conclusão, não há reparo a fazer no entendimento aplicado, pois o agravo regimental não apresentou qualquer argumento apto a desconstituir os fundamentos apontados", concluiu Moraes.

Os ministros Flávio Dino, Dias Toffoli, Cármen Lúcia, Edson Fachin, Cristiano Zanin e Luís Roberto Barroso acompanharam o relator. O julgamento ocorre no plenário virtual do STF. Estão pendentes os votos de Gilmar Mendes, Luiz Fux, Nunes Marques e André Mendonça.

Silveira foi condenado pelo STF a oito anos e nove meses de prisão por defender pautas antidemocráticas, como a destituição de ministros do tribunal e a ditadura militar.

O ex-deputado conseguiu liberdade condicional, mas voltou a ser preso na véspera do Natal por descumprir o horário de recolhimento domiciliar noturno (das 22h às 6h) estabelecido como contrapartida para a flexibilização do regime de prisão.

A Procuradoria-Geral da República (PGR) foi contra a revogação da detenção.